

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº , DE 2018
(do Sr. Marcon)

Requer a realização de audiência pública para debater as proposições sobre a pauta LGBTI em trâmite na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Requeiro a realização de audiência pública para debater as proposições sobre a pauta LGBTI em trâmite na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com os seguintes convidados:

<i>Nome do Convidado</i>	<i>Cargo</i>
1. Toni Reis	Presidente da Aliança Nacional LGBTI+
2. Irina Bacci	Aliança Nacional LGBTI+
3. Symmy Larrat	Presidente da ABGLT
4. Jaqueline de Jesus	Militante transexual
5. Erivan Hilário	Distrito Drag
6. Andrey Lemos	União Nacional LGBTI

JUSTIFICATIVA

A população LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo) percorre a décadas o caminho da afirmação social das suas identidades e da consequente extensão da cidadania para incluir a orientação sexual e a identidade de gênero na proteção legal.

A violência, entretanto, persiste. O Grupo Gay da Bahia (GGB) contabilizou 445 assassinatos somente em 2017, todos motivados por homofobia, lesbofobia e transfobia. Isso significa que a cada 19 horas uma LGBTI é assassinada ou comete suicídio.

Quando consideramos apenas as pessoas transexuais e travestis, os números de violência letal continuam altíssimos. De acordo com a

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), apenas em 2017 foram contabilizados 179 assassinatos de travestis ou transexuais. Isso significa que, a cada 48 horas, uma pessoa trans é assassinada no Brasil.

O Estado é também responsável pela violação de direitos fundamentais, especialmente quando nega o acesso a cidadania, invisibilizando demandas específicas das minorias políticas. A garantia do acesso às políticas públicas de saúde, moradia, emprego; o respeito a identidade de gênero e a devida repressão penal contra crimes de natureza LGBTIfóbica podem reverter o quadro de violência e garantir melhores condições de vida com dignidade a cada vez mais pessoas.

As respostas legais ainda são insuficientes, embora bons projetos estejam em tramitação na Câmara dos Deputados. Propostas que visam assegurar o respeito à identidade de gênero nos serviços públicos e particulares como os PL's 5002/2013, 7524/2014, 9576/2018 e 6424/2013 podem ser decisivos para o fim dos constrangimentos e discriminações a que estão submetidas a comunidade LGBTI como um todo e as pessoas transexuais e travestis de forma especial.

A proteção das famílias, em sua diversidade de arranjos, constitui um dever do Estado que pode ser melhor atendido com o marco legal proposto pelo Estatuto das Famílias do Século XXI (PL 3369/2015). O acesso à moradia em programas habitacionais do governo, consequência do reconhecimento das famílias na diversidade, também é tema do PL nº 335/2015.

Outras propostas como as que pretendem adequar a resposta penal do Estado à realidade de violência com conteúdo de ódio, podem contribuir decisivamente para oferecer mecanismos de proteção e defesa diante dos principais tipos de crimes cometidos contra as pessoas LGBTI. Os projetos de lei 8032/2014, 7292/2017 e 7582/2014 sintetizam propostas nesse sentido.

O Encontro Nacional de Direitos Humanos realizado em 2017 pela CDHM em parceria com o Conselho Nacional de Direitos Humanos e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal registrou diversas propostas relativas ao acesso à moradia, saúde, educação e segurança para LGBTI. Como recomendação no ponto “agenda legislativa” foi recomendado “Que a CDHM, a CDH e o CNDH monitorem a agenda legislativa regressiva de direitos, particularmente as propostas contra o garantismo penal, contra os direitos das mulheres e contra os direitos LGBT”.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, pela sua natureza institucional, tem o compromisso de aprofundar

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

a discussão sobre esses temas, pelo que requeiro a realização de uma audiência pública com o objetivo de discutir os projetos em tramitação na Comissão de Direitos Humanos e Minorias que podem contribuir para a cidadania da população LGBTI no Brasil.

Sala das Sessões, em de abril de 2018.

Deputado MARCON

Vice-Presidente